

# O vice-presidente não quer recessão. Mas também não quer inflação alta.

— Nós temos de compatibilizar taxas de inflação toleráveis com o desenvolvimento do País, que não representem um nível de recessão, uma vez que o Brasil não tem condições de suportar uma baixa oferta de empregos.

Foi o que afirmou ontem o vice-presidente Aureliano Chaves, para quem "o problema fundamental é criar condições de desenvolvimento que sejam capazes de absorver essa extraordinária oferta de mão-de-obra existente".

Aureliano Chaves, que disse estar "solidariamente convencido" (com o governo Figueiredo) de que o Brasil é um país que não suporta processo recessivo mas também não suporta inflação excessiva, recebia, como presidente em exercício, os repórteres credenciados no Palácio do Planalto.

## Trabalho de todos

O esforço de compatibilizar um processo de desenvolvimento necessário à absorção de novos contingentes de mão-de-obra com níveis de inflação razoáveis não é, para Aureliano Chaves, responsabilidade apenas do governo, mas deve ser buscado solidariamente com a sociedade:

— É preciso que cada vez mais a ação do governo se processe com a co-participação da sociedade brasileira, através de seus diferentes segmentos. O governo não deve surpreender a sociedade com medidas e, em contrapartida, a sociedade deve colaborar com o governo. A responsabilidade pelo bem-estar da Nação, se é maior por parte do governo, não deixa de lado uma responsabilidade menor de todos.

Após falar sobre a ação da Comissão Nacional de Energia quanto ao esforço para reduzir o consumo de petróleo no País, Aureliano Chaves disse que o aumento de preço da gasolina "deveria ser apenas o resultado da desvalorização cambial, já que os preços do

petróleo estão estáveis no mercado internacional". Contudo, acrescentou, "há outros produtos, como atualmente acontece com o açúcar, que estão gravosos e precisam de subsídio para viabilizar a exportação". E explicou:

— Se você subsidia alguma coisa, o dinheiro não vem do céu. O governo não é vaca que come no céu e ordenha na terra. O governo come na terra e ordenha na terra.

O vice-presidente entende que o governo deve lutar intensamente para distribuir equitativamente os ônus de sua política econômica:

— A verdade é a seguinte: os recursos do governo provêm do povo, e tudo acaba caindo sobre os ombros do consumidor, ou no povo de uma maneira genérica. Por isso, deve haver uma conscientização de que todas as camadas da sociedade têm a obrigação de arcar com a sua cota de sacrifício.

## Saída de Delfim?

O presidente da Conferência Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, que acompanhou o presidente Figueiredo em sua viagem ao Canadá, fez questão de afirmar que em nenhum momento os empresários que integravam a comitativa se reuniram com o chefe da Nação para pedir a saída do ministro Delfim Neto, do Planejamento, embora haja entre eles o consenso de que a inflação este ano não será menor que 100%.

Já o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, manifestou-se a favor da permanência do ministro:

— Eu acho que todo mundo conhece a minha opinião. Eu nunca tive dúvidas. Acho melhor com o Delfim do que sem ele. Acho que ele é a pessoa correta para ocupar o Ministério do Planejamento, principalmente porque não vejo outra opção para melhorar.

Vidigal disse que sua opinião é também a de todos os empresários da Fiesp.

## O governo vai acelerar a desvalorização do cruzeiro

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, informou ontem que o governo vai acelerar o processo de desvalorização do cruzeiro, de modo a reduzir a acentuada diferença entre os índices da correção cambial e da inflação, que foram de 35,55% e 47%, respectivamente, no primeiro semestre.

A medida, que favorecerá os exportadores brasileiros, foi anunciada durante almoço com dirigentes de bancos de investimento, promovido no Rio pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid).

Langoni informou ainda que a política monetária reativada em abril será mantida, de forma a permitir que a inflação fique sob controle, apesar de exceder as previsões anteriores. De acordo com os banqueiros presentes, há um consenso de que o índice inflacionário deste ano deverá ficar na faixa dos 95%.

Os dirigentes de bancos de investimento vêm reivindicando uma

política cambial mais realista, pois passaram a encontrar maiores dificuldades em suas operações de empréstimos destinados à área de exportação. (A reduzida velocidade das desvalorizações do cruzeiro foi um dos principais pontos apresentados como responsáveis pela queda das exportações brasileiras, no 6º Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), em abril.)

Segundo o presidente da Anbid, Ary Waddington, a defasagem entre a taxa de correção cambial e a inflação "atingiu níveis considerados impraticáveis para um bom desempenho de todo o conjunto da economia brasileira, motivo pelo qual o governo, consciente do problema, resolveu corrigir essa distorção".

O presidente do Banco Central informou também que o governo não descuidará do acompanhamento dos principais fluxos monetários, para que não ocorram distorções e surpresas, como em junho, cujos resultados voltou a considerar "acidentais".